

Entrevista com Doutora Déa Ribeiro Fenelon

*Ilka Miglio**

Entrevista realizada com a Professora Doutora Déa Ribeiro Fenelon às 14 horas do dia 11 de novembro de 2005 no apartamento da Professora em Belo Horizonte, na Rua Sagarana, no Bairro Santo Antonio.

Iniciando a Conversa...

Déa: Voltei para Minas Gerais e estou aqui. Me aposentei, não estou trabalhando. Vim porque a família mora aqui. Ficar em São Paulo sem trabalhar, sozinha é difícil. Então, eu vim para cá. Minha mãe ainda era viva. Meu irmão e minha irmã moram aqui. Tenho dez sobrinhos e um punhado de sobrinhos netos. Então, eu achei que vim a tempo de me estabelecer, para ter minha vida. Eu não trabalho, não quero. Fiz uma opção de que eu não tenha nada que me prenda ou que tenha vínculo, que tenha obrigação, horário... Eu não quero porque é disso que a gente se aposenta. Eu trabalhei com o pessoal do Museu de Artes e Ofícios que estava se estabelecendo e quer estabelecer um programa de História Oral. Eu dei uma certa assessoria lá, fizemos um trabalho. Acho que neste final de ano o museu se inaugura. Trabalho assim: faço leitura técnica de livro didático, vou em bancas. Eu brinco que eu conquistei o direito de dizer não. Eu vou naquilo que eu quero. Atualmente eu estou trabalhando com o pessoal do Centro Cultural da UFMG, num projeto de Cartografia do centro de Belo Horizonte. É muito interessante. A minha sobrinha, a Regina Helena é a coordenadora do Centro Cultural. Então, ela me chamou para trabalhar lá. Assim, é uma reunião de 15 em 15 dias. Dou parecer, dou assistência bibliográfica e na discussão. Mas nada de vínculo estabelecido, eu não quero. É aposentar mesmo.

ILKA: Quando e como iniciou sua participação na ANPUH?

Eu participei da primeira reunião de fundação da ANPUH. Eu era ainda monitora na Faculdade. Foi em Marília no Estado de São Paulo. Foi uma reunião muito interessante. Nós ainda éramos muito novas, eu e a Professora Norma Góes Monteiro, que era daqui também. Nós éramos monitoras e fomos assistir à fundação da ANPUH. Nessa fase nós ainda estávamos encantadas com as figuras, os ícones que estavam lá: Pedro Calmon, Armado Souto Maior... Nós olhávamos e falávamos: Olha lá o Armando, olha lá fulano! Porque éramos ainda na verdade alunas, estávamos trabalhando já na Universidade mas... Então eu participei da ANPUH desde a sua fundação. Foi em 1961. Daí em diante a gente se entrosou mais, foi se organizando mais...

Eu fiz pós-graduação nos Estados Unidos, fiquei fora uns tempos. Depois voltei e fiz mais uma outra vez. Trabalhei no Texas e então eu fiquei meio assim... Participava, mas não muito da ANPUH. Ia e apresentava trabalho, mas era pouca a participação.

Eu acho que o momento que a gente mais... além do cargo de presidente, depois a gente chega lá. Mas acho que o momento que eu mais me aproximei da Associação e começamos mesmo a discutir foi em 1977, no Simpósio foi em Santa Catarina. Pela primeira vez nós apresentamos... Nós, eu digo um grupo de pessoas que se encontrava nos Congressos da Anpuh, que discutia. Tinha professores de vários lugares. Lá de São Paulo tinha um grupo bom e nós apresentamos lá uma primeira proposta de incorporar os professores de primeiro e segundo graus, que naquele tempo era primeiro e segundo graus, à ANPUH com direito a voz e voto, como sócios. Eles tinham direito de assistir, de observar, mas não podiam participar como sócios. Era uma segunda categoria de sócios. E nós apresentamos em 1977, em Florianópolis, uma proposta para isso. E foi assim... Acho mesmo que era fruto da nossa inexperiência. Todo muito ainda era muito novo e na verdade nós fomos vencidos pela burocracia, porque para modificar o estatuto da ANPUH tinha que ter publicado na convocação do Simpósio em jornais de grande circulação,

edital, dizendo que ia haver uma assembléia para modificar o estatuto. Então, na verdade, nós perdemos na burocracia.

A discussão foi grande mas começaram a aparecer as reações contra a presença dos professores como sócios. E daí, na verdade, a assembléia que acabou votando e incorporando os professores foi em Niterói, em 1979, acho... Foi a seguinte, e foi feito tudo direitinho... E eu não fui... eu não estava presente. Por problemas de saúde eu não pude ir. Em Niterói foi votada essa proposta.

Mas o que era a reação? Era muito pelo lado de que a Associação era uma associação científica, de conhecimentos, de produção e apresentação de trabalhos e era uma coisa dos historiadores. Fazia-se muito essa diferença. E o professor ainda estava numa fase que não produzia, que não era um pesquisador e etc. E, por outro lado, havia uma reação também grande... Essa foi assim... A Professora Cecília Vestfália, que é uma das primeiras presidentes da Associação, rasgou o estatuto e falou que a gente ia destruir a Anpuh. Porque eles acharam que a falta de um nome, o que iria substituir a ANPUH. Para não substituir a sigla, nós chamamos de profissionais da História. E aí, isso deu uma reação porque cheirava a sindicalismo. O nome não agradou, as pessoas achavam que Associação de Profissionais de História parecia um sindicato, parecia uma associação de classe. E na verdade isso nos custou bastante voto, uma discussão bastante complicada. E custou até a saída de algumas pessoas da Associação para ir para SBPH. Muito nesta base da reação de que não ia mais ser um espaço científico, de apresentação de trabalho, de conhecimento, porque vinha essa turma de professores... A incorporação dos professores de 1º e 2º graus à ANPUH é um traço, é um momento de divisão da vida da ANPUH porque forçou, não tenho dúvida, principalmente na Assembléia, uma discussão sobre o que era a Associação, o que é que a gente queria, porque os professores podiam vir assistir e não podiam apresentar trabalho, não podiam discutir os seus problemas. Daí começaram a discussão também de que os alunos podiam ser incorporados. Isso de uma certa maneira sempre

fui contra porque se incorporar aluno ela deixa ser uma Associação de acordo com as normas. A AGB, por exemplo, fez isso, incorporou os alunos e perdeu o status de associação científica. Nosso divisor era o licenciado e o bacharel em História. E, por isso a gente chamava de profissional, mas não conseguimos. Acabou que ficou Associação Nacional de História, o que era Associação Nacional de Professores Universitários de História. Quando incorporou, ficou Associação Nacional de História, com a mesma sigla ANPUH.

Acho que esse momento foi importante nesse aspecto de que houve uma discussão mais ampla, começou a surgir muita proposta de muitos trabalhos, muita discussão sobre ensino. Começa nesse período, no princípio da década de 80. Essa é a questão mais importante para mim. Eu sempre me coloquei nessa posição de que, muitas vezes nessas reuniões congressos de educação, reuniões sobre ensino de História, têm uma fase muito difícil a deixar as pessoas falarem, de ser um muro de lamentações. Todo mundo fica discutindo o trabalho, as condições de trabalho, as dificuldades da escola, os alunos... Então, fica aquela coisa lamurienta de como é difícil ser professor, etc. A minha posição sobre isso sempre foi muito clara, nesse sentido, de eu não quero tolher essa discussão, mas eu acho que em sendo professores num departamento e num curso que forma professores, a nossa responsabilidade era exatamente essa discussão: a formação desses professores que estão nessa luta inglória, difícil. Reconheço tudo isso. Mas que na verdade eu discutia, escrevi muito sobre isso, de como os cursos de História preparavam mal os seus alunos para a vida profissional. Quer dizer, você tem os cursos chamados de conteúdos e depois vai para a Faculdade de Educação, faz as disciplinas pedagógicas, mas há uma defasagem grande entre uma coisa e outra. E essa discussão nunca se colocava nos cursos de História. Na verdade, esses professores estão lá nessa luta com essas dificuldades todas, com esses impasses todos, eles foram formados nesses cursos e éramos nós que formávamos. Portanto, tinha que reverter para nós também um pouco a discussão de como é que estávamos formando esses professores. Por isso eu me engajei

sempre em toda minha carreira nessa discussão sobre a formação do profissional de História, professor de História, do pesquisador...

Foi uma discussão... Muita gente apoiava, muita gente fazia essa discussão, mas não dominava, porque a idéia era de que a Associação devia ser uma coisa mais científica, com grandes apresentações, e etc.

Bom, eu continuei, trabalhei, participei do conselho da revista de História da Anpuh, discuti bastante. Finalmente eu resolvi que eu ia ser presidente da Anpuh, eu ia lutar por isso, eu fui e me apresentei como candidata. Fui eleita no Congresso da Bahia, porque antes nos outros simpósios dava muito curso de metodologia, discutia muito sobre pesquisa, mas não participava da diretoria. Em Salvador, na Bahia, foi em 1983, resolvi e me apresentei como candidata. Fiz plataforma, aquelas coisas todas e fui eleita em Salvador.

Então, meu biênio é de 1983 a 1985. Nesse período a gente deu força à perspectiva de ser o espaço de produção, o espaço de apresentação do trabalho dos pesquisadores, dos professores, a gente reforçou a revista, mudou... Virou aquele n° 6 que é o primeiro da minha gestão “À Luta Trabalhadores”, é exatamente assim um número também que foge daquele formato tradicional da revista e daí em seguida continua bem forte em números temáticos, discutindo, dossiês e etc.

Foi uma virada e também foi um trabalho da gestão que eu estava, esse trabalho de diagnóstico aí dos Cursos de História no Brasil. Esse diagnóstico, eu era presidente e nós nos dividimos bastante de dois em dois, de três em três e andamos o Brasil inteiro, em várias ANPUHs estaduais. No entanto, ele vai ser publicado só em 1986. Mas nesse período todo o que a gente tinha, digamos de primeiros relatórios, os primeiros rascunhos, nós andamos por todos os encontros e simpósios, quer dizer os encontros estaduais, regionais, propondo mesa, debatendo, discutindo. Era sempre muito bem recebido, cheio e tal. Nós fizemos um debate naquele momento quase que a cunho nacional. Não conseguimos todos os lugares, mas fomos bastante... Andamos por muitas regionais. Era uma tentativa

de fazer esse diagnóstico que o MEC também queria. A Secretaria de Ensino Superior (SESU) estava fazendo, tinha feito com outras disciplinas. A gente chegou a propor um programa do MEC para a História, mas não foi para frente porque logo foi ... Tinha da Geografia, tinha de mais um outro. Mas da nossa vez, quando a gente estava preparando o de História, o programa desapareceu e não continuou. Mas acho que é um momento importante para nós... É a ANPUH participou porque eram professores indicados de várias regiões e eu participei como... a Dona Alice antes, depois eu. A gente participou como presidente da ANPUH. Quer dizer, era a Associação que estava coordenando e trabalhando nessa direção de tentar fazer esse diagnóstico sobre os cursos de História. Isso coincide com a luta contra Estudos Sociais, que vai mais para frente um pouco, mas que começa por aí, a Licenciatura Curta de Ciências e de Estudos Sociais. Porque de Ciências pegava as áreas de exatas e de Estudos Sociais pegava Geografia e História. Foi suprimida a Filosofia, a Sociologia, tudo saiu. Então, na briga pela extinção de Estudos Sociais a gente contou muito com... fizemos um trabalho conjunto com a Geografia. Tanto que tem aí um documento contra isso, que era junto com a Geografia. Com a Geografia, com a Sociologia e a Filosofia no sentido de mostrar que essas disciplinas eram importantes no ensino de primeiro e segundo graus. Tinham sido abolidas e a gente queria a volta. Demorou muito... A gente ganhou a extinção de Estudos Sociais primeiro e a volta da Sociologia e da Filosofia foi bem posterior. Mas fazia parte da nossa discussão. Eu acho que o trabalho pela extinção de Estudos Sociais e a volta da Licenciatura Plena. Na verdade, a gente brigava muito era com a Licenciatura Curta porque isso achatou a formação, você fazia um ano e meio, três semestres, quatro semestres, fazia Estudos Sociais e depois completava com um de História. Então não ficava nada bem feito. Já eram difíceis os cursos, com essa intervenção aí dessa proposta, que a rigor foi apresentada lá do Conselho Federal pelo pessoal... o Walmir Chagas mais ... não lembro do outro... que são do Ceará. Eu estou voltando de Fortaleza e estou lembrando disso. Eles alegavam... E

naquele tempo a gente discutia isso com muita propriedade também. Eles alegavam que havia áreas carentes no país que precisavam da formação de professores mais rápida, por isso a Licenciatura Curta e por isso esse achatamento para formar rápido. Acontece que, na prática, a maioria dos Cursos de Estudos Sociais que se estabeleceram não estavam em áreas carentes. Pelo contrário, estavam em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Minas, na Bahia... Lugares que já tinham até uma amplitude de Cursos de História maior e que dava conta provisoriamente. Então, esse foi um ponto que... acho que se tem muito documento sobre essa época e você deve ter lido, sobre os Estudos Sociais. O argumento básico nosso de que... a Marilena que usava essa expressão: “a Licenciatura Curta formava o professor curto”. E isso a gente era contra. Então, na luta contra Estudos Sociais, eu participei dela intensamente antes, durante e depois do meu mandato como presidente da ANPUH, mas com bastante ênfase, escrevia muito, participava de tudo quanto era mesa que acontecia no Brasil sobre Estudos Sociais. Foi uma luta bastante forte que uniu bastante os cursos de História e eu considero que o maior valor dessa luta, além de ter conseguido mais na frente provar isso, principalmente em São Paulo onde proliferaram os Cursos de Estudos Sociais porque eram mais curtos e atraía muita gente que não tinha mesmo muito tempo para fazer um curso mais amplo e ficou barato para essas escolas, principalmente as particulares. As oficiais, as escolas públicas, algumas reagiram contra Estudos Sociais e nunca implementaram, outras aceitaram. Mas, aos poucos nós fomos conseguindo que pelo menos as públicas acabassem, extinguissem Estudos Sociais e implantassem História.

Mas eu acho, digamos, o fruto mais importante desse debate, dessa discussão, dessa luta, eu acho que foi o voltar-se para os Cursos. Quer dizer, para justificar a nossa posição de ser contra Estudos Sociais, de chamar isso de uma formação de professor curta, nós tivemos que nos olhar também, olhar para dentro dos Cursos de História. Eu acho que isso foi muito positivo porque obrigou exatamente os cursos a se repensarem... E esse diagnóstico faz parte disso, a voltar-se

para si mesmo para saber o que é que nós estávamos fazendo, que curso nós tínhamos, que curso nós queríamos, o que era possível.

Naquele tempo ainda tinha currículo mínimo, então isso engessava um pouco a perspectiva de mudança porque tinha o currículo mínimo que você tinha que obedecer. E na verdade um dos resultados desse diagnóstico que nós fizemos foi muito triste porque acho uns cinqüenta e poucos cursos... aquela época tinha quase setenta. Já cursos de História e deles todos nós não conseguimos senão uma ou duas propostas de reformulação de currículo que questionavam o currículo mínimo e tentava romper com isso. As outras todas eram arranjos, mudança de carga-horária... As propostas nunca avançaram muito além da idéia de que tem um currículo mínimo: então a gente obedece e pode diminuir aqui e aumentar ali. Foram muito poucas as propostas. Eu me lembro que o Professor Falcon fazia parte. Acho que a Federal Fluminense tinha uma proposta interessante e eu não me lembro a outra. Mas, na verdade, essa discussão teve força nesse período e a luta contra Estudos Sociais vai até mais na frente. Eu não me lembro o ano exato em que foi extinto, mas durou a década de 80 quase toda.

E a minha discussão, eu achei sempre que os professores que estavam fazendo Estudos Sociais não podiam ser demonizados como professor curto, essa discussão toda. Afinal, o Curso existia, eles queriam fazer e estavam ali, eram profissionais, tinham recebido o seu diploma e etc. Então a gente tinha bastante cuidado, eu pelo menos tinha bastante cuidado nessa discussão de não massacrar os professores que tinham feito Estudos Sociais. Principalmente, por exemplo, porque não podiam entrar na ANPUH. Essas coisas assim, que pareciam mais vingancinha do que propriamente uma discussão mais séria. E eu sempre me bati muito por essa questão de que a gente devia examinar mais de perto a questão de o que é que a gente fazia com os cursos de História. Eu acho que isso levantou pela primeira vez, não sei se pela primeira, mas mais forte foi a discussão sobre... Para montar um curso de História, montar um projeto pedagógico era preciso discutir as concepções de História, porque é evidente que um curso

carrega essas concepções, aceitando a pluralidade, aceitando que não é que você queria fazer um curso arrumadinho, bonitinho e tinha que ser assim... Pelo contrário, nós discutíamos as necessidades regionais, a História regional se fortaleceu bastante com a ANPUH. E, mais ao mesmo tempo enfatizava, e é isso que eu falo para você que é interessante, porque já está aí neste diagnóstico de 1986 essa discussão sobre formação.

Olha, o professor precisa se colocar nessa discussão de que é a sua concepção de História, porque só assim a gente ia passar da concepção de um curso conteudístico, cheio de informação, para um curso de formação. Quer dizer, para avançar na perspectiva de um curso que forma esses profissionais, nós tínhamos que avançar na idéia de que não deveria haver uma separação entre ensino e pesquisa, porque a pesquisa é que dá essa perspectiva de discutir como é que a História é feita... Enfim, introduzir a metodologia da História não como uma coisa mecânica, de técnica e etc, mas de concepção. Acho que essa mudança se arrastou ao longo dos anos 1980 e não digo que foi vencedora, mas pelo menos ela se estabeleceu e está aí até hoje, meio ranheta, fazendo a discussão. Em muitos casos a gente não avançou muito, mas ela se colocou. Essa perspectiva de que não dá para falar de formação de professores se você não discutir as múltiplas possibilidades que existem de fazer História. Não é uma só, não tem uma História acontecida que você tem que ensinar porque acho que o que acontecia até ali era muito isso, quer dizer, tem uma História daqui até ali, de Cabral aos nossos dias. E a História era essa história dada que está nos manuais, que você só transmite e que você transmite de uma forma que a história aconteceu assim. Aconteceu assim! E nós dizíamos não. Para discutir isso nós temos que começar a pensar que a história haverá quantas versões forem as concepções de História que existam num Curso, num Departamento, num Grupo porque essa idéia de que você faz a História a partir de um pressuposto não era do meu tempo, quando eu me formei em 1960, 1961. Essa discussão não acontecia e nós não tivemos essa discussão no Curso. Separou História e Geografia,

mas continuou a História Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea. Tinha Introdução aos Estudos Históricos, mas era História da História, historiografia... E, a idéia então de formação pressupunha uma discussão de que um Curso de História não podia prescindir da pesquisa histórica feita no curso, ensinada. Ensinar-se a trabalhar com as concepções de História e pode chegar até nas técnicas, nas formas e na maneira que for... Mas, isso tudo é formar por uma concepção. E se você não partir desse ponto está repetindo a História. Está passando esta visão de que a História é História acontecida. Isso eu acho que foi na década de 1980.

Vamos dizer assim, com o surgimento da pós-graduação eu acho que enriqueceu bastante essa discussão porque aí nós tivemos que formar produtores de dissertações, monografias e teses. E ao fazer isso, naturalmente a discussão teórico-metodológica se colocou de uma maneira mais objetiva. Então eu considero que o achado principal é não separar ensino e pesquisa, é trabalhar pela formação, discutir as concepções, introduzir pesquisa como disciplina nos cursos de História. Depois do surgimento da pós-graduação é que tudo isso acontece, na década de 1980. Eu acho que... Quer dizer, a pós-graduação começa antes 1975, 1976, já organizada... Mas é fruto de tudo isso acontecendo na pós-graduação, principalmente revertendo na graduação. Então, eu acho que esse período apresenta esse perfil e que na década de 1990 já... Não sei se a gente pode marcar assim 70, 80, 90, mas é mais ou menos esse caminho que eu acho que acompanha os surgimentos dos Cursos de pós-graduação, ampliação desses cursos. Porque inicialmente existiam mas eram no Rio e em São Paulo. E aí vai se ampliando, mesmo no Rio, mesmo em São Paulo começa a surgir mais de um, mais de dois, mais três, mais cinco, mais dez... E isso foi mais ou menos proporcionando uma discussão importante.

Agora, veja bem, isso que eu estou dizendo, eu falo da formação dos professores que é a minha discussão nos Cursos de História, etc. Mas a gente procurou levar essa discussão para a ANPUH sempre. E... fizemos muita mesa e Marcos Silva era companheiro de

muitas delas, a Joana Neves na Paraíba, a Professora Ernesta Zamboni. Em geral vem de pessoas o apoio a essa tese, a essa discussão. Vinha muito de pessoas que trabalhavam com a Prática de Ensino e que queriam essa discussão mais viva, mais... Inclusive, que direcionava e orientavam os cursos, as perspectivas e etc...

Essa discussão de bacharelado em separado à licenciatura... Eu era contra a separação de bacharelado e licenciatura porque dava essa idéia preconceituosa de que bacharel é o pesquisador, é o que vai produzir, e o licenciado é aquele que vai só ensinar, portanto, é aquele que só vai transmitir. Quer dizer, era na base da mesma argumentação lá dos Estudos Sociais, que o professor não precisa de ter uma formação metodológica porque ele só vai transmitir. Então, na verdade a discussão sobre a formação do profissional resvala no ensino de História. Quer dizer, a origem é essa de tentar entender, saber...

Acho que hoje é melhor, melhorou bastante. Mas essa coisa que eu chamo de esgotamento da formação, um profissional que não dura dois anos, não é? Com dois anos de prática ele quer voltar para a Universidade, ele quer voltar para ouvir mais porque ele se exaure, ele se julga, ele já não sabe mais o que ele vai fazer. E eu sempre dou esse exemplo: solta o profissional nas grandes livrarias do Rio ou de São Paulo, com mil reais na mão e manda ele comprar uma biblioteca para voltar para a cidadezinha dele e ele não sabe escolher os livros. Porque são livros que foram publicados depois que ele se formou. São livros que ele não tem a referência do curso e eu acho que isso é um problema na formação do professor, porque não deu ao profissional os instrumentos de relação crítica para a compra do que vem depois dele ter passado pela Universidade. Então, na verdade eu questionava muito essa idéia de que os cursos não formavam profissionais capazes de lidar com o conhecimento produzido. Eles eram capazes de incorporar mais livros, melhores livros, livros mais modernos, além daqueles que eles receberam bibliografia no curso. Se ele for enfrentar daí para frente livros que não estavam no conhecimento bibliográfico dele, ele não sabe dizer se esse livro cabe aonde, porque que ele vai comprar ou não, se deve

ou não deve. Isso é uma das discussões mais sérias que a gente tem em relação à formação, que é essa de conseguir ter um profissional capaz de um raciocínio crítico. É exatamente esse de se relacionar com o conhecimento produzido. Não é absorver o conhecimento, assimilar o conhecimento. Então, esta é a minha idéia. Também nunca gostei muito de curso de aperfeiçoamento e reciclagem, especialização... Acho que isso é uma coisa que hoje em dia já se fala na formação permanente do professor, já se fala no ensino a distância com alguma tranqüilidade nesse aspecto, de atualização. Chama do que for, mas aproveita-se a formação que esse profissional tem. É um desenvolvimento, é uma formação continuada desse professor. E acho que naquele tempo era mesmo assim: trabalhava uns dois a três anos e já estava procurando uma especialização, um curso não sei de que para voltar para Universidade, para voltar para seus antigos mestres e ouvir outra vez o que está na onda.

Então, isso eu acho que a gente batalhou bastante para ter essa discussão mais forte na ANPUH. E eu acho que infelizmente a gente não conseguiu muito, daí a idéia inclusive que surge já no final da década... de meados de 90, a idéia de fazer uma associação de professores para discutir o ensino de História. Eu sempre fui contra, eu acho que essa discussão devia ser dentro da ANPUH porque nós estamos falando de profissionais e finalmente se chegou a essa solução aí de fazer encontros, de ter grupos de pesquisadores... Mas que eu ainda acho que a ANPUH não dá o valor necessário, o apoio, digamos assim, trazer essa discussão para dentro do simpósio. Quer dizer, acontece em separado os encontros, as pessoas vão aos simpósios, apresentam seus trabalhos, mas é sempre esse diferencial entre a pesquisa e o ensino. Isso eu acho um crime com o profissional, uma morte como o ensino, é um pecado contra o ensino. Mas eu acho que a ANPUH... Aí vem uma crítica, mas eu acho que cada vez volta uma perspectiva... É evidente que não volta aquela perspectiva antiga, daquele conhecimento, daquela maneira que era pensado. Mas volta a pior, porque volta com uma sofisticação que, assim, se veste de uma sofisticação de grandes correntes de

franceses, de ingleses, de americanos e tudo para se mostrar atualizado, para apresentar trabalhos que tem grandes citações e grandes coisas e não discute na prática como é que é o ensino de História. Não estou falando nem na escola de 1º e 2º graus, estou falando na Universidade mesmo, nós mesmos na Universidade o que é que a gente faz no curso de História. Todo mundo é bom, os cursos são ótimos, não tem problemas e o ensino de 1º e 2º graus é que é ruim. E isso me irrita muito porque quem forma esses professores somos nós. Então, tem algum problema no meio do caminho.

Durante a minha gestão eu trabalhei muito para que tudo isso fosse incorporado. Também nas gestões anteriores, a idéia de inclusão do professor de História na ANPUH foi bastante difícil, porque a gente era jovem e estava lá apresentando diante daqueles grupos mais conservadores da História, que se assustavam com a idéia de que você chamava de profissional de História, achava que a idéia parecia um sindicato, que isso tem lá as associações de classe para resolver, e que ali era um ambiente de ciência, como se a ciência fosse neutra. Isso eu acho que a gente balançou um pouco as estruturas da ANPUH.

Eu acho que por isso que o pessoal que lida com o ensino de História tem mais abertura para essa discussão, porque eles estão ali na briga, na luta e a Universidade se distancia muito da realidade social. Isso não é só no ensino de História. É de tudo. Mas no ensino de História isso me deixa maluca.

Eu me lembro quando eu quis ser professora de História e pensava... Eu fui professora primária, tinha muita dificuldade de dar aula no ensino de primeiras séries porque eu não conseguia espichar muito o assunto. Prepara quatro horas de aula em três eu já tinha acabado... Tinha esses problemas todos... Então eu pensava que quando eu fosse professora de uma disciplina só eu ia me esbaldar porque eu ia dar a disciplina que eu queria e era Geografia e História. Eu ainda fiz o primeiro ano de Geografia e História, depois é que separaram os cursos. Depois a gente se decepciona porque você chega lá e ve todo mundo que quer estudar História, mas pelo menos era

mais resolvida a questão. E aí eu acho que a formação do meu Curso de História foi... Como era um curso História no final da década de 1950 e princípio de 1960, era um curso livresco, decoreba, tinha todos aqueles vícios que era a concepção de História vigente, não é mesmo? E depois eu tenho sempre essa maneira de pensar justificativa, racionalização...

Quando eu entrei para a Universidade para dar aula eu queria ser melhor professor do que eu já tinha tido, quer dizer, eu estudava, eu batalhava, eu trabalhava muito, lidava e chamava os alunos, usava documento e queria todo muito empírico. Tudo isso começando na década de 1960 / 70. Mas era essa idéia que eu tinha, eu queria ser melhor professor do que eu tinha tido. Se eu conseguisse isso eu achava que já era um passo a frente na luta para a melhoria dos cursos de História. E isso deu justificativa para muitos de nós, para as pessoas que queriam mesmo melhorar o Curso e trabalhavam para isso, mas inicialmente era uma luta muito inglória porque a gente lutava contra... Estava entrando, era monitor, instrutor, estava começando e tinha idéias, queria fazer coisas... E para os professores mais antigos isso era brincadeira: lá vem vocês com essas manias, de querer mudar, de querer fazer as coisas diferentes.

Eu me lembro que quando eu comecei, eu comecei aqui na FAFICH, eu comecei a dar aulas aqui na UFMG e era muito essa atitude da gente querer fazer seminário, querer discutir documentos, de querer fazer as coisas. E era sufocada um pouco pela maneira como os profissionais mais antigos menosprezavam o trabalho da gente nesse sentido: tão inventando moda, agora esses jovens que querem fazer essas coisas... De vez em quando a gente titubeava assim se realmente estava fazendo, porque também não tinha cobertura. Depois que eu fiz pós-graduação nos Estados Unidos, fiz muito curso... Eu acabei voltando para defender minha tese aqui, mas eu acho que eu aprendi muito saindo do Brasil, vendo outras coisas... Não é que os cursos nos Estados Unidos fossem muito diferentes desses, mas é a atitude, é o espírito, é respeito pela formação, pela pesquisa... Eu acho que a valorização da pesquisa era muito

grande nos cursos de pós-graduação dos Estados Unidos e eu vivi muito essa situação assim de pesquisa séria, dura, trabalhada dentro da disciplina... Depois que eu voltei dos Estados Unidos eu fui trabalhar em Brasília, depois fui para São Paulo, trabalhei na Universidade de Piracicaba, na Universidade de Campinas, depois fui para PUC... Eu acho que tudo isso é um processo na minha carreira que eu vejo muito bem os pontos de inflexão, de crescimento. Eu acho que a pós-graduação deu um impulso muito grande, ter que orientar é uma tarefa que.... orientação de dissertação, de tese, é uma tarefa que exige muita reflexão, não só do aluno, mas do orientador. Quer dizer você lê muito, estuda muito acompanha aquela pesquisa, tem uma reflexão bem interessante e eu acho que eu cresci muito a partir desse trabalho de orientação, valeu muito para mim e vale até hoje. Então eu acho que mais ou menos não sei se ...

ILKA: Como você vê a participação do professor de História da Educação Básica na ANPUH?

Déa: No principio foi muito boa porque eles chegaram, apresentavam trabalho, discutiam... Tiveram oportunidade de apresentar suas experiências... Foi um crescendo muito grande, depois eu acho que começou um refluxo também, assim, não era muito bem visto a participação, um professor vai... forma um grupo com eles e aquela discussão se esvazia um pouco. Eu acho que é daí que surge a idéia de se fazer uma Associação de professores de Ensino de História.

ILKA: Como a ANPUH tem participado das Políticas Públicas para a Educação Superior?

Déa: Agora a participação da ANPUH nas políticas Públicas de Educação, eu acho que tirando lá aquele momento de Estudos Sociais e a volta da História e esse pedaço que se discutia ai, eu acho que não existe muito não. Eu acho que a Associação, desde meados da década de 1990, não participa, não emite um comunicado, não produz um documento a favor ou contra. Não estou nem discutindo o que vai ser, mas a favor ou contra as coisas que acontecem, às

vezes tem uma reuniãozinha que emite, passa até um e-mail para congressistas, etc... mas eu acho que é ínfima a presença da Associação nas Políticas Públicas de Educação e de História, daquilo que concerne à História. O patrimônio, por exemplo... O patrimônio histórico. Eu trabalhei, fui diretora do Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo na gestão da Erundina e nenhuma de nossas iniciativas tinha apoio da ANPUH, ou aparecia... A gente chamava quis trazer e ninguém está afim de discutir essas coisas porque isso é política. Ninguém não, não é? Eu tive uma equipe muito boa, mas era gente que estava ali solidária, eram pessoas que tinham a mesma proposta, aí você chama, junta faz coisas interessantes com os professores da rede, com os professores da cidade. Mais a ANPUH mesmo participou pouco e não foi afetado por isso, sabe?

ILKA: E na elaboração das Diretrizes Curriculares para o Ensino de história?

Déa: Eu ia falar isso... Eu acho que a discussão sobre as Diretrizes, por exemplo, do ponto de vista da Política Pública da Educação, eu acho que é um momento importantíssimo, porque abriu, rompeu com um punhado de coisas. Evidente que isso foi feito por professores individualmente que participava das discussões mas atualizou a discussão no sentido de dizer não é assim. Essa idéia da formação aparece muito clara nas Diretrizes... E finalmente extingue-se os currículos mínimos, isso é um ganho fabuloso porque não tem amarra nenhuma, a não ser percentuais: tem que ter um tanto isso, mais não tem os nomes das disciplinas lá para as pessoas se agarrem nelas. Eu acho que foi um momento muito importante ou pelo menos do ponto de vista da política eu acho que abriu os horizontes e as orientações, das diretrizes que foram apresentadas para que se discutissem. Tinham aberturas muito boas. Como foi feito esse processo? Nas ANPUHs regionais... Foi feito através das ANPUHs... Me lembro lá em São Paulo, fizemos várias reuniões, discutimos bastante. Apresentamos lá na PUC, nós fizemos umas discussões e apresentamos algumas sugestões que até foram incorporadas.

Nesse processo tudo bem, mas ao mesmo tempo que você apresenta isso a discussão não tem o suporte, por exemplo, de uma Associação que pudesse fazer uma discussão fora da política oficial que desse força para as Universidades se colocarem, se posicionarem, abrirem esses currículos, fazerem coisas... Se você olhar as reformas curriculares são muito bonitas no papel na prática volta a mesma coisa, você volta para o departamento e cada um se encaixa lá eu vou dar isso, eu vou dar aquilo e o espírito da proposta acaba se perdendo. Porque eu acho que não tem uma discussão coletiva sobre isso, sabe eu acho que para vingar, pra andar mais, para ter mais... Eu acho que os departamentos ficaram isolados outra vez. Veio as Diretrizes, as orientações, todo mundo se reúne, senta e lê e é uma atitude em relação à política. Eu acho que isso demonstra bem a maneira como se pensa a política, se reclama? É oposição? Fala... Mas na hora que vem as Diretrizes você fica procurando seguir ponto por ponto, vírgula por vírgula, não tem criatividade nenhuma aos projetos, às reformas curriculares... Quando tem, fica no papel porque é fruto de três, quatro pessoas que não conseguem dinamizar ou mobilizar um departamento, às vezes de quarenta a cinquenta professores, para entrar no espírito daquela mudança. E daí, cada um fica procurando o seu lugar, não quer perder suas aulas e volta um ensino meio tradicional. É triste porque eu acho que nós não tivemos outra oportunidade. Essa é a primeira oportunidade que se tem, como política pública, de abertura para permitir essa colocação mais ampla dos departamentos, dos cursos de História. Eu acho que não mudou muito, se você andar por aí e conhecer esses cursos...

ILKA: Como Você vê o papel da ANPUH?

Déa: Nulo, nulo... Porque houve... é lógico que para organizar essas Diretrizes as regionais fizeram algumas lutas eu me lembro de uma Regional lá em São Paulo que foi muita gente de outros Estados, enfim, se discutia um pouco... Mas quando chega a um processo mais de finalizar, de ter uma comissão de três ou quatro professores que pegam todas aquelas sugestões todas juntas e fazem uma

Diretriz que permite uma certa abertura, que os departamentos não souberam usar, eu acho... E a ANPUH não fez muito mais que chamar algumas reuniões, dizer que precisava disso... Não sei, eu posso estar sendo severa demais e exigente demais. Eu aceito a crítica de dizer que estou pedindo muito. Mas eu acho que uma Associação que tem a história que tem a ANPUH e que tem o tempo de vivência com o ensino, com a política, podia fazer mais. Eu acho que tenho o direito de exigir, de cobrar. E acho que isso foi me afastando um pouco da ANPUH. Eu me sinto distante hoje em dia. Até porque a presença nos simpósios é melancólica. Sabe, eu deixei de ir, porque eu fico tão triste de ver às vezes algumas discussões que já foram ultrapassadas há 15 anos atrás e as pessoas estão retomando e não tem assim... Professor de História que não tem noção da historicidade da sua própria profissão, isso me desanima um pouco. Eu me afastei um pouco assim por não querer participar dessa discussão assim intelectualizada, sofisticada, teórica, sabe? Eu não sou assim e não acho que por aí a gente avança muito não. Eu não estou negando a necessidade da teoria, da metodologia da História, nada disso. Mas acho que não é por aí o caminho de fazer. E depois também que eu entrei nessa discussão de patrimônio, eu acho que a gente se aproxima mais dos arquivistas, dos geólogos, da discussão com o IPHAN, muda de assunto e o ensino fica um pouco... Não sei se para traz, mais fica... E aí você vai lá querendo, ansiosa para ver essa discussão e se decepciona um pouco e aí eu me sinto nostálgica achando que no meu tempo era melhor e não é assim, não é que era melhor não é por aí, eu não sou saudosista. (...) Eu acho que não há um respeito pela historicidade da Associação sabe, deixou de haver um pouco ainda... no sentido de que a ANPUH já tem uma história que precisa ser respeitada porque ela foi importante dentro até, não estou falando da minha gestão só, mais de outras de várias propostas, e é difícil e eu andei até me afastando um pouco. Sabe? Porque é desagradável você ir nessas reuniões e ficar assim amuada, cansada, nostálgica, eu não gosto... Eu acho que para mim isso é deprimente... Eu quero ir para frente.

ILKA: E sobre as Diretrizes Curriculares da Formação de Professores da Educação Básica?

Déa: Olha, eu não acompanhei muito bem isso não, eu acompanhei bem a dos Cursos de História. A outra eu já vi, li, já examinei teses, trabalho com isso... Mas ... eu acho que são pessoas que são da ANPUH. Eu acho, lógico, que as pessoas pertencem a ANPUH e é como a gente fala, quer dizer, acontece que o papel aceita tudo. Então você põe ali coisas, pessoas... E eu não gosto dessa identificação assim... É como sempre eu reclamo muito dos meus colegas: porque a CAPES, o governo, a política... Não! Quem está lá fazendo isso somos nós mesmos, são colegas, são profissionais iguais a nós, que vieram de várias Universidades que estão lá avaliando, fazendo isso, dando subsídio. Então, vamos direcionar melhor essa crítica porque a CAPES não é uma entidade que existe em si mesmo, nem o MEC. Tem uma política que representa alguma coisa, que representa quem está lá, uma hora são os mineiros, outra hora são os gaúchos, outra hora são... Tem essas coisas todas... Eu não acompanhei muito, eu já examinei algumas teses. Não sei se você conhece o Zé Raimundo aqui da UFMG. Pois é, eu fui da banca dele, no ano passado, não do primeiro semestre. Eu acompanhei um pouco isso aí. Ele fez sobre a educação dos jovens e adultos. Então, já é mais dirigida. Tem uns projetos muito interessantes ele examinou alguns. Eu brinquei muito com ele, quando eu falei: você esqueceu dos professores, porque ficou falando só dos alunos. Acho que foi um pouco de estratégia para não ter que entrar assim no assunto. Mas eu acho que eu não acompanhei muito essa discussão. É um pouco isso que eu estou te dizendo, um certo distanciamento da educação básica. Eu trabalhei numa proposta em São Paulo, que é mal amada e mal fadada. E foi uma experiência muito boa, muito interessante, lá no tempo do Montoro. Quer dizer, eu acho que principio da década de 80, final de 80... (*lapso de memória*). A proposta era o Marcos, eu, que demos a assessoria para a equipe da CENP e pela primeira vez a proposta foi feita por eles, pelos professores. Nós só demos assessoria. Mas a gente cometeu o erro, não sei se o erro ou

equivoco de fazer uma proposta e mostrar como podia ser. A gente queria que os professores escrevessem suas propostas e fizessem. Então a gente falou assim, vamos fazer, por exemplo, o ensino temático, vamos lá, vamos entrar por aí... Então, o que nós queremos? O tema é Trabalho. Pronto, já virou, já foi rotulada como proposta do PT. Naquele tempo, anos 80 estava... Foi no principio da década de 80. E aí a gente desdobrou: a Imigração... Para cada série tinha um tema, um eixo temático. E nós fizemos o equivoco de desenvolver uma proposta completa de 1ª a 8ª série com um eixo temático e com os desdobramentos. Para dizer assim: Oh! veja como é possível fazer! Partindo da experiência dos alunos, partindo da região, partindo de uma série de outras coisas... Não tem que ser necessariamente esse tema, mas você pode criar outros e etc.. Em criando esse, olha como a gente fez! Isso era para ser debatido, discutido. Foi! Está no livro da Cláudia Ricci. Ela acompanhou esse projeto que foi e voltou, foi e voltou... Eles mandavam temas... Tem os documentos todos, havia vários encontros... Agora, eu acho que é o exemplo disso. Começa que duvidou-se que a equipe da CENP que era formada por professores da rede estadual fossem capazes de fazer uma proposta. Nós só assessorávamos. Lógico que eu lia, corrigia, discutia, sentava lá... Discutia a manhã inteira às vezes com elas e voltávamos. Trabalhava como se fosse uma tese, um trabalho. Dava bibliografia, mandava ler isso, mandava ler aquilo... Fizemos um papel de assessoria, Marcos e eu. E, com isso eles cresceram muito, todo mundo foi fazer pós-graduação etc tal. A Antonieta já é professora da PUC e muitos outros... Isso a gente queria discutir. Fomos às regionais todas, era para o Estado inteiro... E para a desgraça de nossa proposta, fizeram um livrinho e puseram a capa vermelha. Então aí ficou mais... Sabe que a USP se rebelou contra a proposta porque eles nos acusavam de estar... Assim, o Marcos e a mim, de estar vulgarizando o ensino de História porque a gente tava aproximando demais, ensinando como é que você faz pesquisa com aluno de 5ª série de 8ª série etc.. Era isso que a gente queria que os alunos aprendessem a fazer história, pudessem fazer várias histórias.

Isso não foi muito bem recebido, e tem uma polêmica aí. Ainda mais que começou a falar, que o Estado começou a falar que nós éramos marxistas, que queria formar comunista... Ih!... Foi um inferno isso. Mas a gente leu relatórios de professores lindos, porque eles diziam assim: Ah... até que enfim surge uma coisa que a gente queria, eu sempre esperei por isso. Sabe? Aquela animação! Os debates, os encontros eram alvorosadíssimos, porque todo mundo queria falar, todo mundo queria participar. E, no fim não aconteceu. A proposta foi negada pela diretoria da CENP que é o órgão de normas pedagógicas. Chegaram a nos chamar, a mim e o Marcos, para dizer: Oh! Põe aqui uma lista de conteúdos. Porque não tinha. Faz uma lista de conteúdos e põe aqui, que a gente endossa a proposta e vai para frente. Mas não dá a proposta... Eu não posso fazer isso. A proposta é não ter essa lista. Eu não posso fazer isso com uma proposta, eu não vou derrubá-la. Olha, estava pronta a proposta, os caderninhos estavam lá para serem distribuídos e não foram distribuídos. Eu tenho uma cópia e não tenho meu livrinho vermelho de tanto que eu emprestei. E aí eles chamaram outro grupo. Entrou e fez a proposta: a Circe, a Ernesta, e mais duas ou três. A eles fizeram o que a CENP queria. E a nossa... A equipe foi dissolvida, nós fomos dispensados e ficou por isso mesmo. Aí a proposta deles é cinza, a capa é cinza e não é mais vermelha. Mas olha, teve assembleia ... (acabou a fita)

Continuação da entrevista fita 2.

Isso foi década de 1980. Nós já estamos noutra. Então, para uns ela não era suficientemente esquerdista para justificar, e pra outros ela era marxista, leninista, aquelas coisas todas... E nós não tivemos força para manter, não tivemos mesmo. Eu acho que era ingenuidade a gente pensar que com uma proposta a gente ia mudar. E depois ela tinha que ser trabalhada dentro de 4 anos. Sempre esse drama. Você faz um ano, dois, quando começa a entrar no terceiro a burocracia fica impaciente, quer resultado tem que fazer.

Espera aí, vai ter que ter mais uma versão. Tem até uma versão até em jornal. Espera aí, ainda não está pronta, ainda falta coisa. Tem de discutir mais e aí começou a pressão para terminar. E nós, no fim do terceiro ano de governo a gente perdeu o pé. E eles fizeram num ano... E assim o que a gente ficou mais chateado é que a proposta que finalmente foi endossada, foi distribuída, ela aproveitou muita coisa nossa mais sem o pressuposto, quer dizer, e a gente avaliou, nosso equívoco foi finalmente fazer um exemplo completo que aí ficou parecendo que aquilo era a proposta. E a gente dizia sempre: nós não queremos ter uma proposta fechada, acabada, que todo mundo tem que seguir que o livrinho é esse. Nós estamos mostrando como se pode construir uma proposta, veja: aqui se faz assim, aqui se faz isso. E tudo você pode ir lá atrás, era tudo era História do Brasil de hoje, mas você puxava a escravidão, você vai lá em Roma, vai na Grécia, conforme o interesse, você pode puxar. Imigrantes. Nossa! Imigração, História da Europa, da Ásia, da China... Foi muito interessante, mas não era tradicional, não tinha uma lista de conteúdo.

ILKA: E a ANPUH deu um apoio?

Déa: Aí são as divergências, as pessoas que estavam nesse tempo, nesse período, não aceitaram a participação da gente, até porque imagina professores de 1º e 2º graus fazendo uma proposta. Teve gente que me disse assim, a Elza Nadai que já morreu. Falou para mim assim: é você que escreveu eu vi lá, tinha expressões suas. Eu disse: lógico, leram minha bibliografia inteira, eu trabalhei, disse, quer dizer tem expressões, tem idéias que são minhas. Agora não foi eu quem fiz, não é? As pessoas redigiram, trabalharam, se posicionaram diante daquilo, e eles achavam que nós tínhamos feito e tal, não conseguiram admitir que professores de 1º e 2º podiam fazer aquela proposta, sabe? É aí que está o X da questão, também na atitude da ANPUH na relação a formação do professor. É um pouco assim: para o professor isso basta. Para o bacharel nós vamos sofisticar um pouco mais, pois ele vai para pós-graduação. Então tem que ter. Essa atitude eu acho que ainda domina, ainda existe, de

que o bacharelado é uma coisa de poucos, de privilegiados, de alunos que se distinguiram sabe? E o professor fica lá no reme-reme dele, como transmissor e é muito triste...

ILKA: Como você define o papel da ANPUH em relação à formação do professor de História?

Déa: Eu acho que uma Associação Profissional de História que tem essa perspectiva de que não pode se resumir em reunir os seus sócios e discutir o que cada um fez durante aqueles dois anos. Eu acho que isso é pouco para uma Associação que se pretende direcionar, não sei se direcionar, mas pelo menos colocar em discussão a produção dos seus sócios. Eu acho que colocar em discussão essa produção significa questioná-la, significa debatê-la. Significa colocar em discussão, perante todos, as várias propostas que existem, as várias maneiras de fazer História. Não estou querendo absolutamente construir uma unidade, nem acho que seja propósito de uma Associação fazer isso. Mas, reclamo sim. Acho que devia ser proposição de uma Associação de História defender os interesses dos seus profissionais. Não do ponto de vista sindical, salarial, não é isso. Mas do ponto de vista da existência da sua disciplina. Eu acho que, por exemplo, a maioria dos professores das Universidades é contra a profissionalização, o reconhecimento da profissão. E é muito fácil ser contra o reconhecimento de sua profissão sentado no seu tempo integral, com dedicação exclusiva, produzindo... “Ah... não devemos repartir o conhecimento.” Ele está repartido! E as pessoas que trabalham, por exemplo, como historiadores, nos órgãos públicos, nas instituições culturais, nos lugares de pesquisa, não tem a profissão reconhecida, não tem salário profissional. Não tem! Assim, não é o salário, quanto do salário, é o reconhecimento de uma profissão. E eu acho que a gente não conseguiu. Essa briga desde que eu era aluna que ela existe. Não conseguimos até hoje. Agora, eu penso que a Associação tem sim, por escopo, está lá no seu estatuto, defender os interesses da profissão e do historiador, da existência da História no país, do ensino de História no país. Então eu

cobro sim da ANPUH um posicionamento mais efetivo quanto a discussão das políticas públicas, quanto ao ensino de História, quanto a pesquisa, quanto a pós-graduação. Você imagina, existe um fórum de pós-graduação na ANPUH, acho que ainda bem que nós conseguimos não criar aquela Associação de pós-graduação como tem a ANPED, ANPOX, e tudo... Não existe a de História porque a gente foi sempre contra. Essa discussão que se faz dentro da ANPUH. Então, foi criado um fórum de pós-graduação da ANPUH. Esse fórum é formado por quem? Pelos coordenadores dos programas de História. Ficou tão distanciado daquilo que seria propósito da ANPUH. Passou a ser dos interesses dos programas, avaliação, cada um discute o seu, que eles hoje em dia se reúnem dentro da CAPES, o que você quer? Que é mais cômodo, aí quando eles vão em Brasília eles se reúnem dentro da CAPES, é mais fácil, os documentos estão todos lá. Que autonomia é essa de uma associação que se integra dessa maneira. Ninguém questiona mais as políticas para pós-graduação, para graduação. Diretrizes, você chama um grupo lá e faz e pronto. Agora é só se adequar aquelas Diretrizes. Não era esse o espírito da própria discussão das diretrizes. E a ANPUH não faz nada! Sabe, é exagero meu. Eu falo isso com certa mágoa. Então, não é assim não faz nada. Ela proporciona espaço, chama para discussão e etc... Mas não encaminha, não toma frente, não assume como Associação sabe? E é isso que eu reclamo de uma Associação mais presente na vida do historiador e dos profissionais da História porque é aí que acho que uma associação desse tipo tinha que se posicionar. Podemos continuar conversando é só tomar um cafezinho...

ILKA: O que significa a relação ensino-pesquisa na formação do professor de História?

Déa: Isso é muito claro para mim porque significa trabalhar no curso de História a possibilidade de esse aluno de graduação ser um produtor de História, saber fazer a História dos dois jeitos: na vida e na... produzir a História. Ser capaz de direcionar o seu curso,

o seu ensino para formar essa perspectiva no aluno de 1º e 2º graus também. Acreditar que ele é capaz de aprender fazer pesquisa, porque a dificuldade disso está na concepção de pesquisa, porque a maioria pensa como algo de saberes muito altos feitos lá na pós-graduação. Pesquisa é descoberta, é atitude que você forma. As maneiras de você fazer pesquisa em História têm suas regras, tem seus procedimentos. Agora, aprender a fazer isso com seu estudo, com seu trabalho. Eu acho que é a conjunção que eu vejo de ensino e pesquisa que não podem estar separados. Não existe ensino sem pesquisa e nem pesquisa sem ensino, nessa perspectiva de formação de professores. Evidente que existe pesquisadores que só pesquisam. Mas, eu acho que na formação dos professores a pesquisa é parte integrante do ensino e não pode ser separado, porque nós estamos batalhando ou queremos batalhar por um ensino que seja formador e para ser formador ele tem que criar hábitos, atitudes, procedimentos, ensinar a fazer História. E a gente não consegue muito, fazer com que os professores pensem assim. É lógico que isso dá mais trabalho, é lógico que isso é mais difícil. Não sei se é mais difícil mas é mais trabalhoso para a formulação do curso. Uma vez começada é tão entusiasmante que vai embora sem você perceber. Porque o ensino não pode ser livresco, eu não posso pegar um livro didático e ir lá debulhar aquele livro didático com meus alunos, passando um filminho de vez em quando ou fazendo um questionário diferente para ser moderno. Acho que não é isso. Eu quero um ensino que seja capaz de mostrar os meus alunos que a História é construída assim: ela foi construída por esses autores aqui dessa maneira ou esses outros assim... Eu quero fazer assim porque eu tenho essa posição isso eu dou conta de falar.

ILKA: E os Simpósios temáticos, como você ver?

Déa: Muitas vezes não ajuda muito não né. Porque às vezes enfia por um caminho, uns temas tão distantes do ensino, que dificulta pensar que o professor está abrindo sua cabeça para ver coisas novas. Tudo bem, eu acho que é importante. Mas também devia ser

mais cuidadoso nisso, tem que está pensando na formação 24 horas por dia não só na hora do Simpósio.

ILKA: Como você vê a aproximação da ANPUH com o Perspectivas do Ensino de História e do Encontro de Pesquisadores?

Déa: Eu acho que devia estar dentro da ANPUH. A ANPUH devia patrocinar isso e é patrocinado, formalmente faz parte da ANPUH. Para Não criar uma Associação foi esse o compromisso que se chegou. Mas eu não vejo a ANPUH absorvendo essa discussão como sua e trabalhando a continuidade disso, as propostas, o que aconteceu, vamos lá. Você vê que nem mesmo revista tem publicado muito mais ultimamente. Quer dizer, ela se transforma naquele negócio daquele tamanho e distante, distante, longe dos professores. Eu acho que isso se perdeu. Atualmente essa discussão está no ar, nos encontros de pesquisadores do Ensino de História. Talvez seja por isso mesmo que eles precisaram fazer isso separado. Não sei se eu estou sendo exigente, pode ser assim mesmo, e é assim que vai acontecer... Mas também eu nunca assisti, nunca fui nesses encontros não porque eu era contra a Associação. Então, mas acho que lá também tem que haver a discussão da pesquisa. Já chama pesquisadores.

Notas

* Professora da Universidade Presidente Antônio Carlos - UNIPAC - Campus Bom Despacho-MG. Doutora em Educação pela UNICAMP e mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia.